



RELATÓRIO DE AUDITORIA ASSEGURAÇÃO LIMITADA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS COMITÊ GESTOR DA CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA RELATÓRIO TRIMESTRAL

**REFERENTE AO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2025
(1º TRIMESTRE DE 2025)**

Maringá, junho de 2025

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONTA DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO SÃO FRANCISCO E DO RIO PARNAÍBA - CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA

À

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba
Rio de Janeiro

Introdução

Fomos contratados pela **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**, conforme **Contrato nº 45000078147**, para apresentar relatório de asseguração limitada quanto à adequação e a fidedignidade das informações que integram a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025 (1º trimestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021 que regulamenta os programas de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas, nos termos do disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021.

Responsabilidades da Administração

A administração da concessionária é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações que compõem a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025 (1º trimestre de 2025), de acordo com critérios, modelos e diretrizes estabelecidas previamente e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração e apresentação dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nosso trabalho foi conduzido com estrita observância as normas brasileiras e internacionais de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Dessa forma, nossas verificações não devem ser tomadas como garantia ou inexistência de erros (incorrekções não intencionais) ou irregularidades (erros intencionais ou fraudes).

Por se tratar de uma revisão limitada de informações, os procedimentos aplicados não representam um estudo específico para avaliar a eficácia do sistema de controle interno exercido pela Concessionária e não tem o propósito de expressar uma opinião sobre a Prestação de Contas como um todo e nem sobre outras informações complementares eventualmente requeridas. Consequentemente, não estamos expressando opinião quanto à suficiência dos procedimentos descritos neste relatório em relação a quaisquer outros propósitos.

Os procedimentos de asseguração limitada foram realizados de acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração e NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade -

CFC. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações que integram a prestação de contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025 (1º trimestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021, esteja livres de distorções relevantes.

Aplicação dos Procedimentos de Asseguração Limitada

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração e com a NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, consiste principalmente de indagações à administração da Entidade e outros profissionais envolvidos na elaboração da prestação de contas, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações relativas à Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025 (1º trimestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021, tomadas em conjunto.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações referentes a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025 (1º trimestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021, e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde eventuais não conformidades e/ou distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração da Prestação de Contas;
- (b) verificação do suprimento dos recursos pela Concessionária de Geração de Energia Elétrica, previsto no inciso I, do Art. 6º do Decreto nº 10.838/2021 **(Anexo I)**;
- (c) verificação da aplicação, programação e emprego dos recursos nos projetos, propostas e atividades previstas para a CPR São Francisco e Parnaíba **(Anexo II.a)**;
- (d) verificação da adequação e confiabilidade dos atos de desembolso praticados pela Eletrobras e/ou Concessionárias de geração de energia elétrica em cada projeto e/ou propostas e suas respectivas curvas de desembolsos **(Anexo II.b)**;
- (e) verificação dos custos totais envolvidos especificamente nas obras de cada projeto, tais como seguro, recursos humanos, consultorias, aluguéis, tributos, viagens, obrigação ambiental, indenizações fundiárias, fiscalização de obra, softwares específicos, hardwares específicos, custos advocatícios, indenizações trabalhistas e desembolsos em cumprimento a decisões judiciais **(Anexo II.b)**;
- (f) verificação da movimentação financeira das contas bancárias utilizadas para gerir os recursos da CPR São Francisco e Parnaíba **(Anexo III)**;
- (g) verificação do reembolso/ressarcimento de custeio administrativo das equipes técnicas e administrativas da Eletrobras e/ou Concessionárias que efetivamente participem da gestão dos recursos prevista na Lei n 14.182/21 e no Decreto nº 10.838/21, onde estão previstas a extensão das atividades da Eletrobras, assim como o reembolso/ressarcimento dos demais insumos necessários **(Anexos IV e V)**;

- (h) verificação das movimentações registradas nos coletores internos de custos (ordem interna SAP, Ordem de Dispendio Reembolsável, Elemento PEP – Plano da Estrutura do Projeto) selecionados pela Eletrobras, ou outra ferramenta de apuração em uso ou que venha a ser criada, inclusive para realizações com investimento **(Anexo IV e V)**; e
- (i) verificação das movimentações ocorridas em cada uma das rubricas, ações ou projetos aprovados nos Ciclos dos Planos de Trabalho Anuais do Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba **(Anexo II)**.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os valores apresentados pela **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras** para fins de **Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba**, relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025 (1º trimestre de 2025), estejam em desacordo com as diretrizes, objetivos e propósitos previstos no Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021, que regulamenta os programas de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas, nos termos do disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021.

Restrição de Uso e Distribuição do Relatório

De acordo com os termos do nosso trabalho, este relatório foi elaborado para a **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras** e para o **Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba** para cumprimento dos requisitos estabelecidos no Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021, que regulamenta o programa de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas, nos termos do disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e não deve ser apresentado ou distribuído a terceiros que não tenham concordado com seus propósitos.

Maringá, 26 de junho de 2025.

BEZ Auditores Independentes Ltda.
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

Composição dos Aportes Anuais (Inciso I do Art. 6º do Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021)					
Ano	Valor Original Total (R\$)	Índice de Atualização (IPCA)	Atualização (R\$)	Valor do Aporte Atualizado (R\$)	Data do Aporte
2023	350.000.000,00	1,00954412	3.340.441,36	353.340.441,36	31/01/2023
2024	350.000.000,00	1,05619630	19.668.705,00	369.668.705,00	31/01/2024
2025	350.000.000,00	1,10722430	37.528.505,00	387.528.505,00	31/01/2025
2026	350.000.000,00		-	-	
2027	350.000.000,00		-	-	
2028	350.000.000,00		-	-	
2029	350.000.000,00		-	-	
2030	350.000.000,00		-	-	
2031	350.000.000,00		-	-	
2032	350.000.000,00		-	-	
Totais (R\$)	3.500.000.000,00		60.537.651,36	1.110.537.651,36	

Nota: O aporte previsto para o exercício de 2025, correspondente à 3ª parcela programada, conforme dispõe o inciso I do art. 6º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, foi efetivado em 31/01/2025, por meio da conta corrente nº 12583-0, mantida na agência 3180-1 do Banco do Brasil, utilizada pela Concessionária para a movimentação financeira da CPR São Francisco e Parnaíba.

Plano de Trabalho - Sumário Executivo CPR São Francisco e Parnaíba							
Ord.	Ato Autor.	Projeto	Valor Autorizado (Execução)	Valor Aprovado Fiscalização	Valor Aprovado BPO	Valor Total do Projeto (R\$)	%
1	(a) e (h)	Execução de obras de reforma/recuperação da estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra	50.918.520,56	-	115.500,00	51.034.020,56	5,38%
2	(a) e (e)	Restauração do barco à Vapor Benjamim Guimarães	5.314.152,49	314.355,95	-	5.628.508,44	0,59%
3	(a)	Recuperação Ambiental de APP Hídricas em áreas críticas das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00	0,32%
4	(a) e (c)	Estudo e Projeto básico para melhoria das condições de navegabilidade em áreas críticas no trecho do Baixo São Francisco	2.860.000,00	100.050,96	-	2.960.050,96	0,31%
5	(a) e (c)	Levantamento das Restrições de Captação nos Lagos de Sobradinho e Paulo Afonso	2.090.000,00	94.234,04	-	2.184.234,04	0,23%
6	(a) e (d)	Estudo das linhas d'água do Rio Parnaíba no trecho a jusante da UHE Boa Esperança	2.768.120,00	77.946,67	-	2.846.066,67	0,30%
7	(a) e (b)	Projeto para revitalização hidroambiental da microbacia do alto Rio Riachão, sub-bacia do Rio Pacuí	3.441.029,73	-	-	3.441.029,73	0,36%
8	(a)	Projeto para revitalização hidroambiental das microbacias do Rio Samburá e do Ribeirão dos Patos, sub-bacia Alto São Francisco	24.189.088,22	-	-	24.189.088,22	2,55%
9	(a)	Projeto para revitalização hidroambiental das microbacias dos Rios alto São Miguel, Bebedouro e Piratinga, sub-bacia do Alto Urucuia	68.135.705,38	-	-	68.135.705,38	7,18%
10	(a)	Projeto para revitalização hidroambiental da microbacia do Rio das Pedras, sub-bacia do Rio Verde Grande	5.668.348,44	-	-	5.668.348,44	0,60%
11	(a)	Aprimoramento da base de dados das restrições operativas hidráulicas das usinas hidrelétricas (UHEs) do Sistema Interligado	5.551.724,14	-	-	5.551.724,14	0,59%
12	(a)	Fortalecimento da governança da gestão integrada dos reservatórios do sistema elétrico nacional	1.519.717,72	-	-	1.519.717,72	0,16%
13	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CANAPI-AL	950.000,00	-	-	950.000,00	0,10%
14	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MACURURÉ-BA	2.668.978,00	-	-	2.668.978,00	0,28%
15	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MALHADA-BA	13.040.194,30	-	-	13.040.194,30	1,37%
16	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MORPARA-BA	11.046.442,00	-	-	11.046.442,00	1,16%
17	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de PARATINGA-BA	22.355.952,60	-	-	22.355.952,60	2,36%
18	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SÃO FELIX DO CORIBE-BA	25.421.023,50	-	-	25.421.023,50	2,68%
19	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SENTO SÉ-BA	5.071.083,90	-	-	5.071.083,90	0,53%
20	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de XIQUE-XIQUE-BA	65.637.980,20	-	-	65.637.980,20	6,92%
21	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE	25.000.000,00	-	-	25.000.000,00	2,64%
22	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de BELÉM DO SÃO FRANCISCO-PE	13.927.200,00	-	-	13.927.200,00	1,47%

Plano de Trabalho - Sumário Executivo CPR São Francisco e Parnaíba							
Ord.	Ato Autor.	Projeto	Valor Autorizado (Execução)	Valor Aprovado Fiscalização	Valor Aprovado BPO	Valor Total do Projeto (R\$)	%
23	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de BODOCÓ-PE	4.219.288,67	-	-	4.219.288,67	0,44%
24	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de EXU -PE	5.107.761,30	-	-	5.107.761,30	0,54%
25	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MOREILÂNDIA-PE	2.541.381,70	-	-	2.541.381,70	0,27%
26	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de PETROLÂNDIA-PE	18.000.000,00	-	-	18.000.000,00	1,90%
27	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SANTA TEREZINHA-PE	4.356.010,10	-	-	4.356.010,10	0,46%
28	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de TRINDADE-PE	5.841.521,80	-	-	5.841.521,80	0,62%
29	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CEDRO DE SÃO JOÃO-SE	10.308.307,08	-	-	10.308.307,08	1,09%
30	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de GARARU-SE	3.600.000,00	-	-	3.600.000,00	0,38%
31	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MALHADA DOS BOIS-SE	3.500.000,00	-	-	3.500.000,00	0,37%
32	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CANARANA-BA	23.999.387,50	-	-	23.999.387,50	2,53%
33	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de LAPÃO-BA	8.184.392,20	-	-	8.184.392,20	0,86%
34	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de PARNARAMA-MA (Parnaíba)	2.600.000,00	-	-	2.600.000,00	0,27%
35	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SANTA QUITÉRIA-MA (Parnaíba)	6.300.000,00	-	-	6.300.000,00	0,66%
36	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de BURITIZEIRO-MG	12.500.000,00	-	-	12.500.000,00	1,32%
37	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de BUIQUE-PE	5.993.000,00	-	-	5.993.000,00	0,63%
38	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CALUMBI-PE	7.497.476,00	-	-	7.497.476,00	0,79%
39	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de IBIMIRIM-PE	26.647.376,00	-	-	26.647.376,00	2,81%
40	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de IGUARACY-PE	11.791.696,00	-	-	11.791.696,00	1,24%
41	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SERTÂNIA-PE	2.158.716,00	-	-	2.158.716,00	0,23%
42	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de TABIRA-PE	7.987.300,00	-	-	7.987.300,00	0,84%
43	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CANHOBA-SE	12.338.877,51	-	-	12.338.877,51	1,30%
44	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CENTRAL-BA	909.569,45	-	-	909.569,45	0,10%
45	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de REMANSO-BA	1.560.740,88	-	-	1.560.740,88	0,16%
46	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de ARAIOSES-MA (Parnaíba)	921.375,00	-	-	921.375,00	0,10%

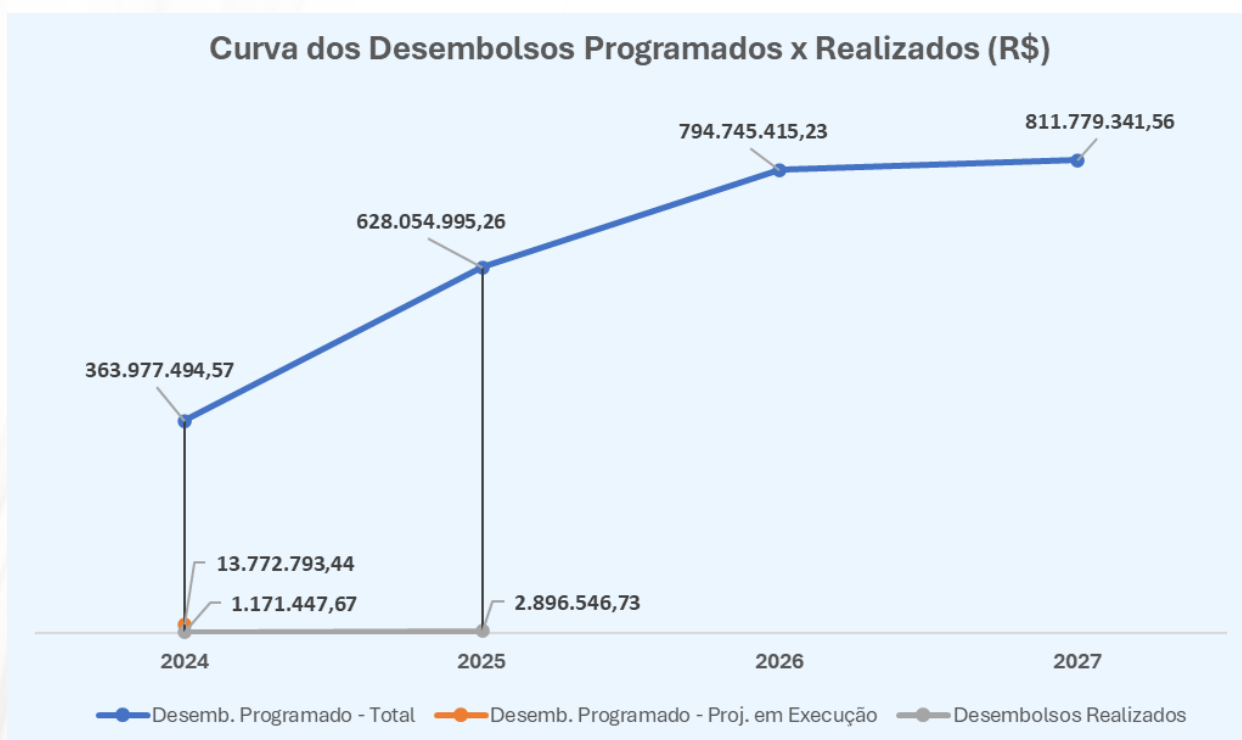
Plano de Trabalho - Sumário Executivo CPR São Francisco e Parnaíba							
Ord.	Ato Autor.	Projeto	Valor Autorizado (Execução)	Valor Aprovado Fiscalização	Valor Aprovado BPO	Valor Total do Projeto (R\$)	%
47	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de COELHO NETO -MA (Parnaíba)	2.452.500,00	-	-	2.452.500,00	0,26%
48	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de ARARIPINA-PE	2.751.500,00	-	-	2.751.500,00	0,29%
49	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de OURICURI (2ª ETAPA)-PE	2.547.637,70	-	-	2.547.637,70	0,27%
50	(a)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de AQUIDABÁ-SE	1.075.000,35	-	-	1.075.000,35	0,11%
51	(a)	Expansão da rede na Bacia do São Francisco	14.119.000,00	-	-	14.119.000,00	1,49%
52	(f)	Expansão da rede Bacia do Parnaíba	12.102.000,00	-	-	12.102.000,00	1,28%
53	(a)	Barragem Santo Hipólito (Rio das Velhas - MG)	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	1,05%
54	(a)	Barragem Paracatu	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	1,05%
55	(a)	Barragem Caatinga	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	1,05%
56	(a)	Barragem Rio do Sono	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	1,05%
57	(a)	Barragem Urucuia	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	1,05%
58	(a)	Monitoramento das ações aprovadas pelos comitês	1.103.311,99	-	-	1.103.311,99	0,12%
59	(a)	Abastecimento de água em PÃO DE AÇÚCAR-AL	6.000.000,00	-	-	6.000.000,00	0,63%
60	(a)	Abastecimento de água em PILÃO ARCADE-BA	15.368.739,00	-	-	15.368.739,00	1,62%
61	(a)	Abastecimento de água em REMANSO-BA	8.761.058,28	-	-	8.761.058,28	0,92%
62	(a)	Abastecimento de água em ITACURUBA-PE	3.075.590,00	-	-	3.075.590,00	0,32%
63	(a)	Abastecimento de água em JATOBÁ-PE	7.311.780,00	-	-	7.311.780,00	0,77%
64	(a)	Abastecimento de água em PETROLÂNDIA-PE	7.892.080,00	-	-	7.892.080,00	0,83%
65	(a)	Abastecimento de água em PETROLINA (CRISTÁLIA) e LAGOA GRANDE (ALTO DA CABECEIRA)-PE	3.017.560,00	-	-	3.017.560,00	0,32%
66	(a) e (g)	Adutora da fé - 2 Etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã	258.724.936,83	-	115.000,00	258.839.936,83	27,29%
67	(a)	Auditoria Independente	1.944.855,00	-	-	1.944.855,00	0,21%
Totais (R\$)			947.686.987,52	586.587,62	230.500,00	948.504.075,14	100,00%

Legenda Atos Autorizativos:

- (a) Resolução N° 5, de 03 /09/ 2024.
 (b) Ofício n° 424/2024/SNSH-MIDR de 06/06/2024.
 (c) Ofício n° 953/2024/SNSH-MIDR de 22/11/2024.
 (d) Ofício n° 1019/2024/SNSH-MIDR de 17/12/2024.
 (e) Ofício n° 720/2024/SNSH-MIDR de 17/09/2024.
 (f) Ofício n° 605/2024/SNSH-MIDR de 01/08/2024.
 (g) Ofício n° 080/2025/SNSH-MIDR de 05/02/2025.
 (h) Ofício n° 196/2025/SNSH-MIDR de 14/03/2025.

Nota I: No período de 1º de janeiro a 31 de março de 2025 (1º trimestre de 2025), foram realizados desembolsos destinados ao pagamento de despesas relacionadas à execução dos seguintes projetos. Para esses desembolsos, foi analisada a documentação de suporte correspondente (Contrato, Nota Fiscal e Comprovante de Pagamento) conforme disponibilizado pela Eletrobras.

Desembolsos ocorridos durante o 1º Trimestre de 2025 (Projetos)						
Projeto	Destinação	Valor Autorizado (R\$)	Desembolsos Até 31/12/24	Desembolsos 1º Trim/2025	Desembolso Total (R\$)	Desembolso (%)
Restauração do barco à Vapor Benjamim Guimarães	Execução	5.314.152,49	1.171.447,67	1.678.898,06	2.850.345,73	53,64%
	Fiscalização	314.355,95	-	-	-	0,00%
	Total	5.628.508,44	1.171.447,67	1.678.898,06	2.850.345,73	50,64%
Levantamento das Restrições de Captação nos Lagos de Sobradinho e Paulo Afonso	Execução	2.090.000,00	-	18.569,61	18.569,61	0,89%
	Fiscalização	94.234,04	-	-	-	0,00%
	Total	2.184.234,04	-	18.569,61	18.569,61	0,85%
Recuperação Ambiental de APP Hídricas em áreas críticas das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba	Execução	3.000.000,00	-	2.220,58	2.220,58	0,07%
	Total	3.000.000,00	-	2.220,58	2.220,58	0,07%
Estudo e Projeto básico para melhoria das condições de navegabilidade em áreas críticas no trecho do Baixo São Francisco	Execução	2.860.000,00	-	25.410,81	25.410,81	0,89%
	Fiscalização	100.050,96	-	-	-	0,00%
	Total	2.960.050,96	-	25.410,81	25.410,81	0,86%
Totais (R\$)		13.772.793,44	1.171.447,67	1.725.099,06	2.896.546,73	21,03%



Nota II: Os desembolsos programados para cada exercício informados no Gráfico acima (Total e dos Projetos em Execução), foram extraídos do Cronograma de Desembolso aprovado pela Resolução nº 05 de 03 de setembro de 2024, do Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba. Os valores indicados como “Desembolsos Realizados” em “2025” representam o total de desembolsos ocorridos até 31 de março de 2025, conforme consta no quadro do **Anexo II.b** acima.

Nota III: Em conformidade com os procedimentos estabelecidos no contrato, especialmente nas disposições referentes à realização de auditorias in loco e à elaboração de Relatórios de Vistoria, informamos que, exceto pelo projeto “Restauração do Barco à Valor Benjamim Guimarães” cuja vistoria técnica foi realizada em abril 2025, os demais projetos, por se encontrarem em fase inicial durante o primeiro trimestre de 2025, ainda não reuniam condições para serem vistoriados. As visitas técnicas in loco a esses projetos serão realizadas à medida que apresentarem condições adequadas para vistoria.

Movimentação Financeira CPR SFP (1º Trimestre/2025)							
Contas Correntes Nº 12468-0 e 12583-0 Agência 3180-1 Banco do Brasil							
Período	Mês	Aportes (Eletrobras)	Outras Transferências Recebidas	Desembolsos (Nota II)	Resgates (Nota III)	Aplicações (Nota III)	Saldo (R\$)
Saldo Inicial	dez/24						-
1º Trimestre de 2025	jan/25	387.528.505,00	-	(763.740,51)	763.740,51	(387.528.505,00)	-
	fev/25	-	-	(309.105,00)	309.105,00	-	-
	mar/25	-	39.962,38	(3.923.466,78)	3.923.592,00	(39.962,38)	125,22
Totais (R\$)		387.528.505,00	39.962,38	(4.996.312,29)	4.996.437,51	(387.568.467,38)	125,22

Nota I: Em 31 de março de 2025, as contas correntes Nº 12468-0 e 12583-0, Agência 3180-1, Banco do Brasil, apresentavam saldo de R\$ 125,22.

Nota II: No período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025 (1º trimestre), os desembolsos realizados referem-se ao pagamento das medições dos projetos em execução no período, pagamento de despesas bancárias (tarifas de manutenção e renovação), bem como ao ressarcimento à Eletrobras dos valores de PIS e COFINS recolhidos sobre os rendimentos dos investimentos vinculados à CPR SFP, conforme quadro abaixo.

Desembolsos 1º Trimestre de 2025					
Período	Mês	Projetos (a)	Ressarcimento Eletrobras (b)	Despesas Bancárias	Total (R\$)
1º Trimestre de 2025	jan/25	(763.739,07)	-	(1,44)	(763.740,51)
	fev/25	(309.103,10)	-	(1,90)	(309.105,00)
	mar/25	(652.256,89)	(3.271.181,49)	(28,40)	(3.923.466,78)
Totais (R\$)		(1.725.099,06)	(3.271.181,49)	(31,74)	(4.996.312,29)

(a) Os projetos que tiveram pagamentos de medições no 1º trimestre de 2025 constam relacionados no quadro do **Anexo II.b**.

(b) Por meio da correspondência CTA-RRI-02273/2024, de 19 de novembro de 2024, a Eletrobras solicitou ao Comitê Gestor da CPR SFP autorização para o ressarcimento dos custos administrativos e dos tributos (PIS/COFINS) referentes ao período de 01/01/2023 a 30/06/2024, no valor total de R\$ 8.822.501,43. Em resposta, o Comitê, por meio do Ofício nº 1027/2024/SNSH-MIDR, de 13 de dezembro de 2024, autorizou, naquela ocasião, apenas o ressarcimento relativo aos tributos no valor total de R\$ 3.271.181,49, o que ocorreu em 24/03/2025. Quanto os custos administrativos, o Comitê solicitou que a Eletrobras apresentasse maior detalhamento da composição dos custos administrativos pleiteados para ressarcimento.

Nota III: Em 31 de março de 2025, os saldos das aplicações financeiras vinculadas às contas correntes Nº 12468-0 e 12583-0, mantidas na Agência 3180-1 do Banco do Brasil, totalizavam R\$ 1.227.016.009,29. A movimentação dessas aplicações no 1º trimestre de 2025 foi a seguinte:

Movimentação Aplicações Automáticas - CPR SFP (1º Trimestre de 2025)						
Período	Mês	Aplicações (R\$)	Resgates e Transferências (R\$)	Rendimentos Bruto (R\$)	Imposto de Renda Retido na Fonte (R\$)	Saldo no fim do mês (R\$)
Saldo Inicial	dez/24					809.490.517,47
1º Trimestre de 2025	jan/25	387.528.505,00	(763.740,51)	10.724.222,88	(1.771,04)	1.206.977.733,80
	fev/25	-	(309.105,00)	12.088.391,92	(1.389,76)	1.218.755.630,96
	mar/25	39.962,38	(3.963.554,38)	12.212.409,69	(28.439,36)	1.227.016.009,29
Totais (R\$)		387.568.467,38	(5.036.399,89)	35.025.024,49	(31.600,16)	1.227.016.009,29

Desembolsos Eletrobras - 1º Trimestre de 2025				
Descrição	Período de Referência	Valor (R\$)	Ressarcido (R\$)	Saldo a Ressarcir (R\$)
Serviços Administrativos (a)		(1.619.657,33)	-	(1.619.657,33)
Custos administrativos	1º Trimestre/2025	(1.619.657,33)	-	(1.619.657,33)
Tributos (b)		(1.628.663,64)	-	(1.628.663,64)
PIS/COFINS Apurados s/ Rendimentos	jan/25	(498.678,11)	-	(498.678,11)
PIS/COFINS Apurados s/ Rendimentos	fev/25	(562.103,94)	-	(562.103,94)
PIS/COFINS Apurados s/ Rendimentos	mar/25	(567.881,59)	-	(567.881,59)
Retenções (c)		(5.797,89)	-	(5.797,89)
Impostos retidos na fonte (NFs)	mar/25	(5.797,89)	-	(5.797,89)
Totais (R\$)		(3.254.118,86)	-	(3.254.118,86)

(a) O custeio administrativo lançado no 1º trimestre de 2025, está composto pelos seguintes custos:

Descrição	Valor Total (R\$)
Custos com pessoal - Diretoria de Relações Institucionais - RRI	(299.595,26)
Custos com pessoal - Diretoria de Engenharia de Implantação - EEF	(1.292.607,81)
Custos viagens - Diretoria de Engenharia de Implantação - EEF	(27.454,26)
Total Custos Administrativo - 1º Trimestre 2025 (R\$)	(1.619.657,33)

(b) As obrigações tributárias relacionadas ao PIS e à COFINS, foram apuradas sobre os rendimentos das aplicações financeiras auferidos no 1º trimestre de 2025, conforme demonstrado abaixo:

Mês	Rendimento Bruto (Aplicações)	PIS (0,65%)	COFINS (3,00%)	Total (R\$)
jan/25	10.724.222,88	(69.707,45)	(428.968,92)	(498.676,36)
fev/25	12.088.391,92	(78.574,55)	(483.535,68)	(562.110,22)
mar/25	12.212.409,69	(79.380,66)	(488.496,39)	(567.877,05)
Totais (R\$)	35.025.024,49	(227.662,66)	(1.401.000,98)	(1.628.663,64)

A apuração das contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS incidentes sobre as receitas financeiras está sendo realizada em conformidade com a legislação vigente, nos termos do Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, reprimado pelo Decreto nº 11.374, de 2023.

Nos termos do art. 1º do referido decreto, estão restabelecidas as alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e de 4% para a COFINS sobre receitas financeiras, inclusive aquelas decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas por pessoas jurídicas submetidas ao regime de apuração não cumulativa dessas contribuições.

(c) Considerando a natureza fiscal e tributária dos fornecedores contratados para a execução dos projetos relacionados no quadro do **Anexo II.b.**, os pagamentos de determinadas medições foram realizados com retenção dos tributos destacados nas respectivas Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas (NFS-e), conforme demonstrado no quadro a seguir. Tais valores retidos deverão ser recolhidos pela Eletrobras e serão passíveis de ressarcimento pela CPR.

Projeto	Valor Bruto NF (R\$)	Deduções (R\$)	Valor Líquido (R\$)
Restauração do barco à Vapor Benjamim Guimarães	1.678.898,06	-	1.678.898,06
Levantamento das Restrições de Captação nos Lagos de Sobradinho e Paulo Afonso	20.899,96	(2.330,35)	18.569,61
Recuperação Ambiental de APP Hídricas em áreas críticas das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba	2.499,25	(278,67)	2.220,58
Estudo e Projeto básico para melhoria das condições de navegabilidade em áreas críticas no trecho do Baixo São Francisco	28.599,68	(3.188,87)	25.410,81
Totais (R\$)	1.730.896,95	(5.797,89)	1.725.099,06

Consolidação dos Desembolsos Realizados no 1º Trimestre/2025				
Rubricas (Destinações)	Competência	CPR SFP (R\$)	Eletrobras (R\$)	Total (R\$)
Projetos		(1.725.099,06)	-	(1.725.099,06)
Projetos	jan/25	(763.739,07)	-	(763.739,07)
Projetos	fev/25	(309.103,10)	-	(309.103,10)
Projetos	mar/25	(652.256,89)	-	(652.256,89)
Serviços Administrativos		-	(1.619.657,33)	(1.619.657,33)
Custos administrativos	1º Trimestre/2025	-	(1.619.657,33)	(1.619.657,33)
Tributos		-	(1.628.663,64)	(1.628.663,64)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	jan/25	-	(498.678,11)	(498.678,11)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	fev/25	-	(562.103,94)	(562.103,94)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	mar/25	-	(567.881,59)	(567.881,59)
Retenções		-	(5.797,89)	(5.797,89)
Impostos retidos na fonte (NFs)	mar/25	-	(5.797,89)	(5.797,89)
Despesas Bancárias		(31,74)	-	(31,74)
Despesas Bancárias	jan/25	(1,44)	-	(1,44)
Despesas Bancárias	fev/25	(1,90)	-	(1,90)
Despesas Bancárias	mar/25	(28,40)	-	(28,40)
Ressarcimento à Eletrobras (Nota II)		(3.271.181,49)	-	(3.271.181,49)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	2023	(1.857.020,45)	-	(1.857.020,45)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	1º Semestre/2024	(1.414.161,04)	-	(1.414.161,04)
Totais (R\$)		(4.996.312,29)	(3.254.118,86)	(8.250.431,15)

Nota I: Os desembolsos realizados no 1º trimestre de 2025 totalizaram R\$ 8.250.431,15, dos quais R\$ 4.996.312,29 (aproximadamente 60,56%) foram custeados diretamente pela CPR São Francisco e Parnaíba. Os R\$ 3.254.118,86 (aproximadamente 39,44%) restantes referem-se a despesas administrativas e obrigações tributárias vinculadas à CPR, as quais foram integralmente adiantadas pela Eletrobras, sendo passíveis de ressarcimento mediante autorização do Comitê Gestor.

Nota II: Por meio da correspondência CTA-RRRI-02273/2024, de 19 de novembro de 2024, a Eletrobras solicitou ao Comitê Gestor da CPR SFP autorização para o ressarcimento dos custos administrativos e dos tributos (PIS/COFINS) referentes ao período de 01/01/2023 a 30/06/2024, no valor total de R\$ 8.822.501,43. Em resposta, o Comitê, por meio do Ofício nº 1027/2024/SNSH-MIDR, de 13 de dezembro de 2024, autorizou, naquela ocasião, apenas o ressarcimento relativo aos tributos no valor total de R\$ 3.271.181,49, o que ocorreu em 24/03/2025. Quanto os custos administrativos, o Comitê solicitou que a Eletrobras apresentasse maior detalhamento da composição dos custos administrativos pleiteados para ressarcimento.